

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA COMPREENSÃO PSICANALÍTICA DOS MECANISMOS INCONSCIENTES QUE SUSTENTAM A PERMANÊNCIA DA MULHER EM RELAÇÕES ABUSIVAS

Recebido em: xx/xx/2026

Aceito em: xx/xx/2026

DOI: 10.25110/arqsaude.vxxix.2026-XXXX



Deise Carina Homiak Teston ¹
Kethly Jhenny Dias da Silva ²
Sérgio Bezerra Pinto Júnior ³

RESUMO: O presente estudo prioriza a compreensão da permanência da mulher em relações de violência doméstica a partir de uma perspectiva psicanalítica, compreendendo que a violência que vitimiza mulheres se configura como um fenômeno que, ao ser analisado, envolve dimensões socioculturais e psíquicas. Com base na teoria freudiana (1920/2020), evidencia-se que a compulsão à repetição atua como um mecanismo por meio do qual experiências traumáticas recalçadas e não elaboradas são retomadas sob a forma de ato nas escolhas amorosas. Além disso, Kehl (1998/2016) destaca que a partir da construção histórica da feminilidade, demarcada pela passividade e pela centralidade no cuidado da família, contribui para a manutenção dessas relações. Assim, Irigaray (2002) problematiza que a mulher é posicionada como sujeito de falta propondo a lógica falocêntrica que, a partir desse contexto, favorece as relações de dependência e submissão. Ademais, Ana Suy (2022) ressalta que as formas de amar na vida adulta são atravessadas pelas primeiras experiências de amor, ainda que marcadas por falhas, as quais sustentam a repetição de vínculos dolorosos. Dessa forma, evidencia-se que a permanência em relações violentas resulta da articulação entre mecanismos psíquicos e socioculturais, que não deve, portanto, ser compreendida como expressão de fragilidade da feminilidade, mas como um fenômeno que demanda uma análise que integre os processos inconscientes aos determinantes históricos, sociais e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica; Psicanálise; Inconsciente; Feminilidade.

DOMESTIC VIOLENCE IN CONTEMPORANEITY: A PSYCHOANALYTIC UNDERSTANDING OF THE UNCONSCIOUS MECHANISMS THAT SUSTAIN WOMEN'S PERMANENCE IN ABUSIVE RELATIONSHIPS

¹ Graduanda em Psicologia, Universidade Paranaense - UNIPAR.

E-mail: deise.homiak@edu.unipar.br ORCID: Inserir

² Graduanda em Psicologia, Universidade Paranaense - UNIPAR.

E-mail: kethly.silva@edu.unipar.br ORCID: Inserir

³ Doutorando em educação, professor do curso de Psicologia, Universidade Paranaense - UNIPAR.

E-mail: sergiojunior@prof.unipar.br inserir ORCID: Inserir [0009-0000-3627-6701](https://orcid.org/0009-0000-3627-6701)

ABSTRACT: The present study prioritizes the understanding of women's permanence in domestic violence relationships from a psychoanalytic perspective, understanding that violence against women is a phenomenon that involves socio-cultural and psychic dimensions. Based on Freudian theory (1920/2020), it is evident that the compulsion to repeat acts as a mechanism through which repressed and unelaborated traumatic experiences are taken up in the form of acts in romantic choices. Furthermore, Kehl (1998/2016) highlights that the historical construction of femininity, marked by passivity and the centrality of family care, contributes to the maintenance of these relationships. Thus, Irigaray (2002) problematizes that women position themselves as subjects of lack, proposing a phallogocentric logic that favors relationships of dependence and submission. In addition, Ana Suy (2022) emphasizes that the ways of loving in adult life are crossed by the first experiences of love, even if marked by failures, which sustain the repetition of painful bonds. In this way, it is evident that staying in violent relationships results from the articulation between psychic and socio-cultural mechanisms, which should not, therefore, be understood as an expression of the fragility of femininity, but as a phenomenon that demands an analysis that integrates unconscious processes with historical, social, and cultural determinants.

KEYWORDS: Domestic Violence; Psychoanalysis; Unconscious; Femininity.

VIOLENCIA DOMÉSTICA EN LA CONTEMPORANEIDAD: UNA COMPREENSIÓN PSICOANALÍTICA DE LOS MECANISMOS INCONSCIENTES QUE SUSTENTAN LA PERMANENCIA DE LA MUJER EN RELACIONES ABUSIVAS.

RESUMEN: El presente estudio prioriza la comprensión de la permanencia de la mujer en relaciones de violencia doméstica desde una perspectiva psicoanalítica, entendiendo que la violencia que victimiza a las mujeres se configura como un fenómeno que, al ser analizado, involucra dimensiones socioculturales y psíquicas. Basándose en la teoría freudiana (1920/2020), se evidencia que la compulsión a la repetición actúa como un mecanismo a través del cual experiencias traumáticas reprimidas y no elaboradas son retomadas bajo la forma de acto en las elecciones amorosas. Además, Kehl (1998/2016) destaca que la construcción histórica de la feminidad, demarcada por la pasividad y la centralidad en el cuidado de la familia, contribuye a la manutención de estas relaciones. Así, Irigaray (2002) problematiza que la mujer se posiciona como sujeto de falta proponiendo la lógica falocéntrica que, a partir de ese contexto, favorece las relaciones de dependencia y sumisión. Además, Ana Suy (2022) resalta que las formas de amar en la vida adulta están atravesadas por las primeras experiencias de amor, aunque marcadas por fallas, las cuales sustentan la repetición de vínculos dolorosos. De esta forma, se evidencia que la permanencia en relaciones violentas resulta de la articulación entre mecanismos psíquicos y socioculturales, que no debe, por tanto, ser comprendida como expresión de fragilidad de la feminidad, sino como un fenómeno que demanda un análisis que integre los procesos inconscientes a los determinantes históricos, sociales y culturales.

PALABRAS CLAVE: Violencia Doméstica; Psicoanálisis; Inconsciente; Feminidad.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a violência doméstica permanece como um tema de grande relevância, gerando crescente preocupação social, já que os índices de violência

doméstica têm se mostrado crescentes nos últimos tempos, a violência contra mulher pode se manifestar de diferentes maneiras, como por exemplo a violência física sendo a de maior ocorrência na sociedade, que destaca qualquer ação que ofenda sua integridade ou a saúde corporal da mulher (Instituto Maria da Penha, 2025).

A violência doméstica é um fenômeno considerado um problema de saúde pública, com sérios desdobramentos no âmbito social, físico e psicológico. Devido a seu caráter cíclico e prolongado, pode-se notar prejuízos nas mais diversas áreas da vida da vítima, é fundamental discutir os fatores que envolvem a permanência das vítimas nos ciclos de violência (Cambaúva; Medeiros; Miranda, 2023).

Ferenczi (1992), esclarece que devido a lei da compulsão à repetição, quando a criança vivencia sentimentos de desprazer, isso poderá retornar em um momento posterior, culminando em uma vivência repetitiva desse desprazer. O autor entende que indivíduos cuja infância foi marcada pela falta de acolhimento, afeto e carregada de rispidez, faz com que o sujeito tenha uma perspectiva um tanto quanto pessimista da vida (Lima; Werlang, 2011).

Freud (1931/2020), em suas construções teóricas traz associado ao conceito do falo, o quanto a figura feminina necessita elaborar a inveja ao pênis, e que as marcas deixadas por esse processo exercem influência em sua constituição e escolha do objeto de amor, aqui o autor nos mostra, a importância de fomentar discussões que fale sobre a mulher enquanto sujeito desejante capaz de buscar e encontrar vias pulsionais distintas, reconsiderando os papéis designados a mulher (Monteiro; Silva, 2020).

Freud (1931/2023) se vale de considerações importantes que fundamentam o entendimento da violência, mas é válido ressaltar que o autor por ser homem, em um tempo que ainda propagava com maior ênfase a repressão do feminino e principalmente da sexualidade feminina, também se entrelaça com ideias patriarcais, como por exemplo o falo que serve como base teórica para a constituição feminina e masculina, aqui reforçando a ideia de que a mulher está fundamentalmente submetida ao homem (Guazina; Portela, 2023).

Historicamente os papéis que representavam o feminino foram atrelados à maternidade, o cuidado da casa e também do casamento, esses papéis designados às mulheres em outros períodos da história, ecoam até os dias atuais nas expectativas postas sobre as mulheres. Enquanto homens se engajaram em atividades sociais, como a

política e a vida profissional, as mulheres desempenhavam atividades relacionadas ao que era privado, ou seja, a vida doméstica e criação dos filhos (Guazina; Portela, 2023).

Pensando o papel da mulher historicamente, vista de forma objetificada, uma vez que cumpre papéis restritos e a possibilidade de exercer novos papéis vem carregada de sentimentos de culpa, passando a atuar como uma forma de controle, isso coloca o sujeito feminino como objeto de posse em contextos sociais, especialmente no âmbito masculino e religioso perpetuando a violência, já que essa ideia da posição e papéis da mulher determinados há muito tempo historicamente, ressoam até a atualidade (Guazina; Portela, 2023).

Quando a mulher é colocada em uma posição que está submetida ao outro, como o universo masculino por exemplo, é retirada dela a possibilidade de abrir mão do outro, pois haveria uma necessidade intensa de recorrer a um outro, já que culturalmente falando a mulher ocupa esse lugar de submissão. Essa ideia permite pensar os motivos que levam as mulheres a permanecerem no ciclo de violência (Monteiro; Silva, 2020).

Freud (1924/2020), em suas obras elucida que na vivência da violência em cenários de amor, com os pais por exemplo na infância, podem estar associados ao masoquismo, este se relaciona intimamente com a escolha do objeto de amor na vida adulta como visto anteriormente. É a partir da explicação de tal conceito, que Freud, traz que o masoquismo é feminino, com isso, revelando uma importante questão social, onde os instintos de agressividade cabem somente aos homens, restando às mulheres somente a repressão de sua agressividade, perspectiva que hoje é amplamente criticada por sua vinculação a concepções patriarcais (Monteiro; Silva, 2020).

Como visto, a permanência das mulheres em ciclos de violência está associada a diversos fatores, os conteúdos inconscientes não elaborados que foram recalçados e não encontram outras saídas a não ser a repetição, somado a fatores culturais e modos como a mulher é vista na sociedade há séculos, dificultam e até impossibilitam o escape dos ciclos de violência. Apontando a importância de fomentar discussões sobre a mulher e sua feminilidade, enquanto sujeito desejante, construindo a possibilidade de uma mudança efetiva (Meireles, 2021).

Nas mais diversas formas de violência doméstica se destacam a violência psicológica e física, predominantemente a violência psicológica se estende por um período antes de iniciar a violência física. É importante pensar nos desdobramentos que esse fenômeno ocasiona, uma vez que pesquisas indicam que a violência acontece em

ciclos, os quais se repetem durante anos sem que a vítima consiga sair dessa situação (Fonseca *et al.*, 2012).

Dentre as principais consequências vistas estão danos físicos significativos, além de diminuição da autoestima e desenvolvimento de doenças psicossomáticas, eventos que contribuem para um ambiente de tensão e estresse no meio familiar, podendo afirmar a partir disso, que a mulher e aqueles que presenciam a situação passam por danos não só na saúde física, mas também psíquica e principalmente social (Fonseca *et al.*, 2012).

Esses ciclos de violência que duram anos são sustentados por fatores importantes como a esperança incansável que o companheiro escolhido mude seu comportamento, além disso a compreensão distorcida do que é violência cercam este fenômeno, em geral vítimas não sabem ao certo afirmar quais atitudes são de fato violência ou não (Fonseca *et al.*, 2012).

Pesquisas realizadas apontam que três a cada dez mulheres no Brasil, já sofreram algum tipo de violência doméstica, sendo as mais recorrentes violências física e psicológica. De todas as mulheres que sofreram violência quase 50% das vítimas que denunciaram e conseguiram medidas protetivas, alegam descumprimento das mesmas, o que revela a importância de fomentar discussões acerca do tema e construir a narrativa de não normalização do fenômeno (Datsenado, 2023).

Além disso, é de suma importância desvelar e buscar compreender os aspectos psíquicos que envolvem a permanência das mulheres nos ciclos de violência. Para isso, estudiosos do campo psicanalítico contribuem para maior entendimento dos aspectos psíquicos inconscientes e sociais que envolvem o fenômeno da violência doméstica.

Em obras como *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/2020) e *Além do Princípio do Prazer* (1920/2020), Freud mostra que o amor humano está longe de ser apenas romântico ou saudável. Este afeto é atravessado por conflitos, recalques, ambivalência, idealizações e, muitas vezes, por impulsos destrutivos. Nessas obras, compreendemos que o amor pode vir misturado com a violência, especialmente quando o sujeito confunde afeto com posse, desejo com dominação. Isso se evidencia nas relações em que o agressor se utiliza do vínculo afetivo para justificar o controle e o abuso, enquanto a vítima, muitas vezes, se vê presa a uma lógica inconsciente de repetição (Freud, 1920/2020).

Há casos em que a mulher repete, sem perceber, padrões afetivos primários vividos na infância, como relações com figuras parentais autoritárias e violentas, que acabam moldando sua forma de amar e de se deixar amar. Nesse contexto, não é difícil entender por que tantas mulheres permanecem em relações abusivas, mesmo quando já contam com apoio externo ou respaldo legal. Quando olhamos para essas situações com o olhar da psicanálise, percebemos que o amor pode ser um território contraditório, onde o cuidado se mistura com a dominação, o desejo com a agressão (Freud, 1905/2020).

Já em *Deslocamentos do Feminino* (1998), Maria Rita Kehl propõe uma crítica importante à visão tradicional da feminilidade construída por Freud. A autora mostra que a imagem da mulher como naturalmente passiva, submissa ou ligada à renúncia de si mesma é, na verdade, resultado de um processo histórico e cultural que tem raízes patriarcais profundas. Kehl (1988) argumenta que muitas mulheres foram educadas para associar o amor ao sofrimento, e essa associação ainda aparece com frequência nos atendimentos clínicos, seja por meio da culpa, da negação do abuso ou da repetição de relações marcadas pela dor.

Essas reflexões nos ajudam a perceber como a ideia de ser mulher foi, por muito tempo, construída a partir de ideais de silêncio, sacrifício e invisibilidade. Isso não só favorece a permanência em situações de violência, mas também dificulta que essas mulheres se reconheçam como sujeitos ativos, com direito à fala, ao desejo e ao rompimento com o que as fere. Ao idealizar ou normatizar a feminilidade, a cultura acaba por aprisionar muitas subjetividades em papéis de vítima ou mártir (Kehl, 1998).

A partir da compreensão da complexidade que envolve o fenômeno da violência doméstica, como a falta de medidas efetivas que amparam as vítimas e fatores psíquicos que contribuem para a manutenção do ciclo de violência e prejuízos psíquicos, físicos e sociais, revela-se a importância de fomentar discussões acerca do tema tanto para toda a sociedade, quanto no meio acadêmico e para profissionais que atuam na área da saúde (Freud, 1914).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo geral investigar os mecanismos inconscientes que sustentam a permanência da mulher em relações abusivas no contexto de violência doméstica na contemporaneidade, o qual se desdobra em três objetivos específicos, sendo estes, o primeiro, analisar as raízes inconscientes da violência contra a mulher; o segundo, discutir a constituição psíquica feminina a luz da

psicanálise; e o terceiro, compreender a permanência da mulher em relações abusivas para além dos aspectos conscientes.

Nas mais diversas formas de violência doméstica se destacam a violência psicológica e física, predominantemente a violência psicológica se estende por um período antes de iniciar a violência física. É importante pensar nos desdobramentos que esse fenômeno ocasiona, uma vez que pesquisas indicam que a violência acontece em ciclos, os quais se repetem durante anos sem que a vítima consiga sair dessa situação (Fonseca *et al.*, 2012).

Dentre as principais consequências vistas estão danos físicos significativos, além de diminuição da autoestima e desenvolvimento de doenças psicossomáticas, eventos que contribuem para um ambiente de tensão e estresse no meio familiar, podendo afirmar a partir disso, que a mulher e aqueles que presenciam a situação passam por danos não só na saúde física, mas também psíquica e principalmente social (Fonseca *et al.*, 2012).

Esses ciclos de violência que duram anos são sustentados por fatores importantes como a esperança incansável que o companheiro escolhido mude seu comportamento, além disso a compreensão distorcida do que é violência cercam este fenômeno, em geral vítimas não sabem ao certo afirmar quais atitudes são de fato violência ou não (Fonseca *et al.*, 2012).

Pesquisas realizadas apontam que três a cada dez mulheres no Brasil, já sofreram algum tipo de violência doméstica, sendo as mais recorrentes violências física e psicológica. De todas as mulheres que sofreram violência quase 50% das vítimas que denunciaram e conseguiram medidas protetivas, alegam descumprimento das mesmas, o que revela a importância de fomentar discussões acerca do tema e construir a narrativa de não normalização do fenômeno (Datsenado, 2023).

Além disso, é de suma importância desvelar e buscar compreender os aspectos psíquicos que envolvem a permanência das mulheres nos ciclos de violência. Para isso, estudiosos do campo psicanalítico contribuem para maior entendimento dos aspectos psíquicos inconscientes e sociais que envolvem o fenômeno da violência doméstica.

Em obras como *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/2020) e *Além do Princípio do Prazer* (1920/2020), Freud mostra que o amor humano está longe de ser apenas romântico ou saudável. Este afeto é atravessado por conflitos, recalques, ambivalência, idealizações e, muitas vezes, por impulsos destrutivos. Nessas obras,

compreendemos que o amor pode vir misturado com a violência, especialmente quando o sujeito confunde afeto com posse, desejo com dominação. Isso se evidencia nas relações em que o agressor se utiliza do vínculo afetivo para justificar o controle e o abuso, enquanto a vítima, muitas vezes, se vê presa a uma lógica inconsciente de repetição (Freud, 1920/2020).

Há casos em que a mulher repete, sem perceber, padrões afetivos primários vividos na infância, como relações com figuras parentais autoritárias e violentas, que acabam moldando sua forma de amar e de se deixar amar. Nesse contexto, não é difícil entender por que tantas mulheres permanecem em relações abusivas, mesmo quando já contam com apoio externo ou respaldo legal. Quando olhamos para essas situações com o olhar da psicanálise, percebemos que o amor pode ser um território contraditório, onde o cuidado se mistura com a dominação, o desejo com a agressão (Freud, 1905/2020).

Já em *Deslocamentos do Feminino* (1998), Maria Rita Kehl propõe uma crítica importante à visão tradicional da feminilidade construída por Freud. A autora mostra que a imagem da mulher como naturalmente passiva, submissa ou ligada à renúncia de si mesma é, na verdade, resultado de um processo histórico e cultural que tem raízes patriarcais profundas. Kehl (1988) argumenta que muitas mulheres foram educadas para associar o amor ao sofrimento, e essa associação ainda aparece com frequência nos atendimentos clínicos, seja por meio da culpa, da negação do abuso ou da repetição de relações marcadas pela dor

Essas reflexões nos ajudam a perceber como a ideia de ser mulher foi, por muito tempo, construída a partir de ideais de silêncio, sacrifício e invisibilidade. Isso não só favorece a permanência em situações de violência, mas também dificulta que essas mulheres se reconheçam como sujeitos ativos, com direito à fala, ao desejo e ao rompimento com o que as fere. Ao idealizar ou normatizar a feminilidade, a cultura acaba por aprisionar muitas subjetividades em papéis de vítima ou mártir (Kehl, 1998).

A partir da compreensão da complexidade que envolve o fenômeno da violência doméstica, como a falta de medidas efetivas que amparam as vítimas e fatores psíquicos que contribuem para a manutenção do ciclo de violência e prejuízos psíquicos, físicos e sociais, revela-se a importância de fomentar discussões acerca do tema tanto para toda a sociedade, quanto no meio acadêmico e para profissionais que atuam na área da saúde.

O presente projeto de pesquisa, desenvolvido no âmbito do curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR, adota como metodologia o levantamento bibliográfico, que caracteriza-se como descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa. Minayo (2007) reforça que a pesquisa qualitativa permite compreender experiências humanas complexas e suas dimensões subjetivas, mesmo por meio de análise documental.

A pesquisa terá como início, levantamento teórico em livros, artigos científicos alinhados com a psicanálise, com objetivo de identificar as principais mecanismos relacionadas a permanência da mulher em relações abusivas no contexto de violência doméstica na contemporaneidade, considerando aspectos psíquicos, afetivos e socioculturais que compõem esse fenômeno. O estudo será fundamentado a partir de análises teóricas baseadas na perspectiva psicanalítica, utilizando de autores como Sigmund Freud (1920/2020) e Maria Rita Kehl (1998).

Segundo Gil (1991/2008), pesquisas bibliográficas são indicadas quando se busca aprofundamento conceitual sobre determinado fenômeno, organizando, analisando e interpretando o conhecimento já existente. Por fim, as conclusões obtidas por meio da análise teórica fundamentada sintetizará as reflexões e conclusões alcançadas, servindo como base para o trabalho de conclusão de curso de Psicologia, as quais serão expostas em uma apresentação final à uma banca examinadora.

Para tanto, o estudo será estruturado em três capítulos: o primeiro será dedicado à violência contra a mulher e suas raízes inconscientes; o segundo abordará a constituição psíquica feminina e a lógica fálica à luz da Psicanálise; e o terceiro tratará da permanência em relações abusivas, com ênfase nos processos de repetição, dependência psíquica e nos ideais de feminilidade. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUAS RAÍZES INCONSCIENTES

Desde suas primeiras experiências de existência, o ser humano é atravessado por uma necessidade intrínseca de estabelecer vínculos (Campos, Bocchi, Lofredo, 2021). A vida psíquica não se constitui no isolamento, mas na direção do outro. Na busca por laços, reconhecimento, pertencimento e amor. Essa disposição relacional fundamental faz com que a experiência amorosa ocupe um lugar central no processo de subjetivação,

configurando-se como uma das formas privilegiadas através das quais o sujeito tenta sustentar sua existência diante do desamparo estrutural que marca a condição humana (Freud, 1930).

É justamente por isso que a presença da violência nos relacionamentos íntimos se apresenta como um fenômeno paradoxal. Aquilo que deveria ser espaço de proteção e amparo torna-se cenário de destruição, excesso e sofrimento. Ainda que socialmente inesperada, a violência doméstica ocorre com frequência e deixa marcas profundas, não apenas corporais, mas sobretudo psíquicas, pois compromete a capacidade do sujeito de significar sua própria história, seu desejo e seu lugar no vínculo (Miranda; Ramos, 2014). Como citado a violência contra a mulher acontece com frequência, as estatísticas revelam que embora os casos de violência intencional no Brasil foram reduzidos 5,4%, às tentativas de feminicídio aumentaram em 19% no ano de 2024, bem como violência psicológica (6,3%) e stalking (18,2%), tais informações nos evidenciam a necessidade de fomentar discussões acerca da violência contra a mulher (Brasil, 2025).

Para compreender por que tantas mulheres permanecem em relações atravessadas pela violência, é fundamental afastar explicações simplistas ou moralizantes. Não se trata de fraqueza individual, de mera escolha racional ou de ignorância diante do sofrimento. Trata-se, ao contrário, de um fenômeno complexo que exige uma leitura capaz de articular dimensões socioculturais e mecanismos inconscientes profundamente enraizados, nos quais se combinam história, trauma, repetição e estruturas simbólicas de gênero. Em sociedades patriarcais, como a nossa, a mulher historicamente ocupa um lugar de subordinação (Costa *et al.*, 2016).

Desde a Antiguidade, passando pela Idade Média até a modernidade, construiu-se um discurso persistente que associa o feminino à passividade, à obediência e à dependência do masculino. O corpo feminino foi tratado durante séculos como propriedade do pai, do marido, da Igreja ou da família e teve seus desejos sistematicamente regulados e silenciados (Maia; Maia, 2010).

Assim, a violência conjugal não é apenas expressão de um ato individual, mas fenômeno socialmente legitimado por uma hierarquização histórica dos gêneros. Mesmo na contemporaneidade, essa herança simbólica persiste e dificulta a ruptura com relações abusivas. A violência doméstica, portanto, deve ser compreendida como efeito tanto de estruturas culturais quanto de processos subjetivos que atravessam a

constituição psíquica feminina. É nesse ponto que a psicanálise oferece uma contribuição decisiva (Maia; Maia, 2016).

Além dos aspectos subjetivos e de gênero, existem questões sociais estruturais que permeiam a violência. Pensando a agressividade a partir de uma perspectiva psicanalítica é possível compreender que a violência não é apenas um fenômeno que acontece de maneira isolada. A agressividade é entendida enquanto uma condição natural do sujeito, mas em decorrência de um processo civilizatório para que se torne possível conviver em sociedade, é preciso que o sujeito reprima tal instinto. Dessa forma, quando o sujeito reprime seus instintos naturais, esse movimento gera repercussões em seu funcionamento psíquico e essa agressividade reprimida passa a ser expressa de outras maneiras (Freud, 1930).

Pode-se compreender diante desse contexto que esse instinto atua sob a pulsão de morte, sendo entendida enquanto uma inclinação à agressividade. Freud, aborda que a sociedade vive um constante conflito entre duas potências, Eros e Tanatos, enquanto o primeiro diz respeito a tentativa de criar e manter vínculos, a segunda potência diz respeito à pulsão de morte, com características destrutivas. Assim, a violência aparece enquanto manifestação dessa pulsão de morte que passa a se voltar ao mundo e ao outro (Freud, 1930).

Freud (1917) demonstra que o sujeito não é senhor de sua própria casa, há forças inconscientes que determinam escolhas, repetições e modos de sofrimento que escapam à consciência. A escolha conjugal, nesse sentido, não ocorre ao acaso, mas se estrutura a partir de identificações inconscientes e de roteiros afetivos primários inscritos desde a infância. Freud (1920) aponta que o sujeito tende a repetir, na vida amorosa, modelos relacionais familiares, mesmo quando esses modelos foram marcados por dor, negligência ou violência, muitas mulheres reconhecem seus vínculos conjugais como semelhantes aos vínculos parentais. Novas cenas, novos personagens, mas um enredo profundamente familiar.

Essa repetição encontra sua formulação metapsicológica fundamental em *Além do Princípio do Prazer* (1920), quando Freud introduz o conceito de compulsão à repetição. Até então, supunha-se que o aparelho psíquico buscava prazer e evitava desprazer. Contudo, Freud se depara com o paradoxo clínico, por que o sujeito repete aquilo que o faz sofrer? Por que retorna incessantemente ao traumático?

A compulsão à repetição revela que existe algo para além do princípio do prazer, o trauma é definido como um excesso impossível de simbolização, uma excitação que atravessa o escudo protetor do psiquismo e se instala como ruptura, aquilo que não pôde ser elaborado retorna sob a forma de ato, escolha e destino. A mulher que permanece em um relacionamento violento não o faz porque deseja sofrer, mas porque seu psiquismo encontra-se capturado num circuito traumático que insiste, repete e atua onde não foi possível simbolizar, nesse cenário, o retorno do recalcado se impõe como mecanismo central (Freud, 1920).

Freud, em *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914), afirma que o sujeito não recorda o trauma, ele o repete. O recalcado retorna deformado, deslocado, reinscrevendo-se no presente como sintoma e como vínculo, a violência, assim, pode operar como reatualização de restos infantis não elaborados, convocando o sujeito a reviver o desamparo primário sob novas formas. Articulada à compulsão à repetição está a pulsão de morte, conceito que Freud (1914) introduz como tendência do psiquismo ao retorno à inércia e à descarga absoluta. A pulsão de morte se manifesta pela insistência no desprazer e pela repetição do sofrimento. No campo das relações, pode aparecer sob forma de submissão, auto sabotagem e aprisionamento ao circuito destrutivo.

Freud (1914) aponta ainda que, para muitas mulheres, o desejo fundamental é ser amada. Quando o amor se torna condição de existência subjetiva, a ameaça da perda do parceiro pode ser vivida como aniquilamento psíquico. Por isso, a permanência na relação violenta pode operar como defesa contra o desamparo, pequenos gestos de afeto ou promessas de mudança reativam a esperança e reforçam o circuito repetitivo.

3. A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA FEMININA E A LÓGICA FÁLICA A LUZ DA PSICANÁLISE

Freud (1924) aponta que a subjetivação do feminino ocorre dentro de uma lógica fálica, na qual a diferença sexual é compreendida a partir do ter ou não ter o falo. A mulher, inserida nessa lógica, é marcada simbolicamente pela falta, o que pode produzir fragilidades narcísicas e sentimentos inconscientes de inferioridade. A construção da feminilidade, tal como descrita por Freud, está atravessada por ideais de passividade, maternidade e necessidade de ser amada.

Irigaray (2002) apresenta uma perspectiva contemporânea acerca da construção do feminino a partir de um viés psicanalítico. Dessa forma, a autora discute a ideia de

como perspectivas ocidentais são constituídas a partir de apenas um único sujeito, que diante de uma perspectiva histórica faz referência ao universo masculino, assim, o sujeito feminino não é constituído por si só. A autora traz uma nova visão contrapondo as ideias freudianas, apresentando como problemático a construção da ideia de que a mulher se constitui na lógica da falta ou até mesmo da inveja daquilo que não se tem, o falo, pois, isso atravessa a autonomia psíquica feminina, dificultando o processo para que a mulher se constitua enquanto sujeito desejante e autônomo.

É diante dessa perspectiva que a figura feminina é vista enquanto frágil e inferior. Essa visão contribui para que seja naturalizadas relações hierárquicas, em que a mulher permanece em relações em que haja a dominação masculina. Pode-se compreender a partir disso, uma problematização acerca do sujeito único, em que tudo se constitui a partir dele, trazendo uma ideia contemporânea acerca do desenvolvimento do feminino e as implicações de uma ideia “falocêntrica” (Irigaray, 2002).

Irigaray (2002) mostra que é dentro da lógica que o feminino se constitui a partir da figura masculina, que se perpetuam as relações de poder. Diante desse contexto a mulher passa ser vista enquanto extensão ou até mesmo propriedade do homem, e não enquanto sujeito que deseja e possui autonomia psíquica. A autora ainda pontua que a linguagem cumpre um papel importante no processo de permanência nos ciclos de violência, isso porque, existe uma dificuldade em nomear e reconhecer a violência, principalmente quando se trata de violências que não sejam físicas. Isso ocorre, sob uma perspectiva histórica, os conceitos de violência, família e amor foram socialmente construídos a partir de referenciais masculinos, o que influencia diretamente a maneira como tais fenômenos são compreendidos e reconhecidos (Irigaray, 2002).

De acordo com as ideias propostas pela autora a violência é entendida enquanto um esforço daquele que agride em manter o controle e poder, de maneira simbólica e real naquela relação, apontando para um eco que ocorre enquanto consequência de uma construção social e histórica, em que tudo parte do homem e permanece nele. Nesse contexto a violência contra a mulher é a concretização de uma lógica simbólica de detenção de poder (Cossi, 2019).

O desejo feminino, muitas vezes, organiza-se mais em torno de ser objeto do amor do outro do que da afirmação do próprio desejo. Essa centralidade do amor faz com que a perda do vínculo amoroso seja vivenciada como ameaça de desamparo

psíquico. Identificação e repetição dos primeiros vínculos, a escolha do parceiro amoroso não ocorre ao acaso, está profundamente ligada às primeiras relações objetais, especialmente à relação com a mãe e ao lugar ocupado pelo pai na estrutura psíquica (Freud, 1914).

Freud (1914) demonstra que o sujeito tende a repetir, na vida amorosa, os modelos relacionais da infância, mesmo que esses tenham sido marcados por dor, negligência ou violência, muitas mulheres identificam seus relacionamentos conjugais como semelhantes aos de seus pais. A repetição na escolha amorosa não constitui um ato deliberado do eu, nem pode ser compreendida como mera contingência biográfica, trata-se da atualização, na vida adulta, de protótipos objetais inscritos nas primeiras experiências de investimento libidinal.

Na elaboração freudiana da feminilidade, especialmente desenvolvida por Freud (1931) em *Sexualidade Feminina*, a ligação pré-edípica com a mãe ocupa posição estruturalmente originária. É sobre essa relação inaugural marcada por intensa dependência, ambivalência e identificações primárias que se edifica posteriormente a ligação ao pai. O deslocamento edípico não suprime a fixação materna, mas a recobre e reorganiza, mantendo-a como fundamento latente da economia psíquica.

Quando a mulher escolhe o parceiro segundo o modelo paterno, investindo-o como substituto do pai idealizado, tal escolha parece indicar a primazia do complexo de Édipo na determinação do vínculo amoroso. Contudo, Freud (1931) assinala que, no interior do casamento, frequentemente não se repete a relação com o pai, mas sim a relação originária com a mãe. O marido, embora simbolicamente colocado no lugar do pai, torna-se o destinatário das moções afetivas, muitas vezes ambivalentes e recalçadas que tiveram como primeiro objeto a mãe.

O que retorna na dinâmica conjugal não é a cena edípica tal como fantasiada, mas o núcleo pré-edípico que lhe serviu de base. A relação paterna, sendo derivada, não possui a mesma força estruturante que o vínculo materno inaugural. Desse modo, a escolha amorosa revela-se como campo privilegiado de retorno do recalçado. O sofrimento eventualmente reencontrado no laço conjugal não decorre de uma busca consciente por dor, mas da fidelidade inconsciente à matriz relacional primária, na qual amor, dependência e conflito se articularam pela primeira vez (Freud, 1931).

A psicanálise revelou-nos que quando um objeto original de um impulso desejoso se perde em consequência da repressão, ele se representa, frequentemente, por uma sucessão infindável de objetos substitutos, nenhum dos quais, no entanto, proporciona satisfação completa. Isto pode explicar a inconstância na escolha de objetos, o 'anseio pela estimulação' que tão amiúde caracterizam o amor nos adultos. (FREUD, 1912/1996, p. 194 *apud* RAVANELLO; MARTINEZ, 2013, p.161).

Assim, o amor adulto não inaugura uma história inteiramente nova, mas reinscreve, sob formas transformadas, as identificações e fixações que estruturam a constituição subjetiva. A primazia da experiência pré-edípica com a mãe evidencia que os destinos conjugais são menos determinados pela escolha racional do objeto do que pela persistência dinâmica das primeiras relações objetais que moldaram o aparelho psíquico (Freud, 1931).

Essas organizações levam inclusive, a problemática do masoquismo feminino articulando-a à constituição da sexualidade da mulher e à sua posição na economia psíquica. Freud (1924) distingue o masoquismo erógeno, o masoquismo feminino e o masoquismo moral, ressaltando que este último se vincula ao sentimento inconsciente de culpa e à necessidade de punição imposta pelo superego.

O masoquismo erógeno está relacionado a pulsão de morte que se volta ao próprio sujeito, se ligando a capacidade de obter prazer através da dor ou desprazer corporal, que se vincula a excitação sexual. Enquanto o masoquismo feminino é um fenômeno em que o sujeito feminino se satisfaz diante de uma posição de submissão/passividade, atuando enquanto elemento derivado do masoquismo erógeno, sendo válido ressaltar que é uma posição psíquica e não necessariamente biológica (Freud, 1924).

Por fim o masoquismo moral, se dá através da busca por satisfação fora do âmbito sexual, mas diante de uma tentativa inconsciente de satisfação, aqui o sujeito vivencia questões como a busca por punição a fim de aliviar uma culpa inconsciente ou até mesmo através da repetição de situações que causam dor ou levam ao fracasso, tendo relação direta com o superego (Freud, 1924).

No caso da mulher, o autor observa que a passagem da atividade clitoridiana para a primazia vaginal implica uma reorganização pulsional que associa feminilidade à passividade não como traço moral, mas como posição libidinal. Contudo, quando essa passividade é atravessada por um superego severo e por

identificações marcadas pela renúncia e pela perda, pode converter-se em disposição ao sofrimento. O masoquismo moral, nessa perspectiva, não significa que a mulher deseje conscientemente a dor, mas que o sofrimento pode operar como via de satisfação inconsciente, na medida em que responde à exigência superegóica de expiação (Freud, 1924).

A permanência em vínculos violentos pode, então, ser compreendida como efeito dessa estrutura, pois o sofrimento é vivido como necessário, merecido ou inevitável, funcionando como forma de manter o laço e evitar o desamparo. Assim, para Freud (1931), o masoquismo na mulher não é essência feminina, mas resultado de uma complexa articulação entre pulsão, culpa inconsciente, identificações primárias e organização edípica, que pode tornar o amor indissociável da renúncia e do sacrifício. A permanência em vínculos abusivos não deve ser compreendida como traço essencial da feminilidade, mas como efeito de uma articulação entre fixações pré-edípicas, culpa inconsciente e exigências superegóicas severas.

Em Freud (1931), a questão não é definir o que a mulher é, mas investigar os processos pelos quais ela se constitui enquanto sujeito desejante. Quando o sofrimento torna-se condição de manutenção do laço amoroso, ele pode estar respondendo menos ao desejo do objeto e mais à necessidade inconsciente de expiação.

Em *Deslocamentos do Feminino*, escrito pela psicanalista Maria Rita Kehl (2008), a autora oferece uma análise crítica sobre a construção da feminilidade como um produto de dispositivos culturais e simbólicos. Kehl (2008) argumenta que a feminilidade não é um atributo natural da mulher, mas uma posição subjetiva moldada por instituições sociais que historicamente ensinaram as mulheres a internalizar a passividade, a renúncia ao próprio desejo e a primazia do cuidado com o outro.

Kehl (2016) destaca que essa construção da feminilidade é amplamente sustentada por uma educação sentimental que inculca valores de obediência, contenção da agressividade e subordinação a uma lógica patriarcal. Ao invés de fomentar a autonomia, tais instituições culturais promovem a ideia de que a identidade feminina está intrinsecamente ligada à espera pelo reconhecimento e ao sacrifício em prol do amor. "A histerização do corpo da mulher a que Foucault se refere é produzida por um discurso consistente cuja função é indicar às mulheres um

único lugar – a família – de acordo com sua verdadeira natureza, a feminilidade" (Kehl, 2016, p. 41).

Portanto, ao analisarmos a permanência de mulheres em situações de violência doméstica, precisamos considerar essa formação subjetiva que, desde a infância, condiciona as mulheres a tolerar o sofrimento como parte de seu papel social. Como Kehl aponta, a feminilidade tradicional ensina a mulher a suportar e a silenciar, transformando a dor em um elemento quase naturalizado de sua experiência afetiva (Kehl, 2016).

Assim, a crítica de Kehl nos ajuda a compreender que romper com o ciclo de violência não é apenas uma questão de vontade individual, mas implica um deslocamento profundo do que significa ser feminina. Esse deslocamento envolve desmantelar uma feminilidade construída sobre a passividade e criar condições para que as mulheres possam nomear o próprio desejo, reconhecer a violência como inaceitável e reivindicar uma posição subjetiva que não esteja atrelada à submissão (Kehl, 2016).

Kehl (2016) não coloca a responsabilidade exclusivamente no indivíduo, mas analisa a dimensão cultural e psíquica que constrói a feminilidade. Essa lógica cultural sustenta a ideia de que o homem detém poder sobre o corpo feminino, o que legitima, ainda que de forma velada, a violência conjugal. Mesmo na contemporaneidade, essa herança simbólica persiste, silenciando a mulher e dificultando a ruptura com relações abusivas. A compreensão de Kehl (2016) é fundamental, pois nos permite ver que a transformação exige não apenas apoio psicológico, mas também uma mudança simbólica sobre o que é esperado da mulher em termos de afeto e identidade.

Nessa perspectiva Irigaray (2002), faz importantes contribuições que podem ser associadas à permanência da mulher nos ciclos de violência. Diante da lógica da repetição proposta desde Freud (1914), aliada a questões sociais e culturais propostas por Kehl (2016) como vistas anteriormente, Irigaray (2002) traz uma visão contemporânea que permite o questionamento sobre como o feminino é constituído e suas implicações na permanência em vínculos estabelecidos. A autora apresenta a ideia de uma sociedade falocêntrica, em que a mulher não possui espaço para constituir a si mesma, mas é colocada em posição enquanto sujeito faltante e que necessidade desse

Outro, o homem, para que se desenvolva em ideia de complemento e não de autonomia (Cossi, 2019).

Assim, a noção de feminino é construída como um espaço de espelhamento no qual o homem se reflete, em vez de constituir um lugar em que a mulher possa afirmar sua própria subjetividade e desejo. Nessa perspectiva, quando a mulher passa a desejar ou a buscar um rompimento, ainda que simbólico, com essa posição, a violência emerge orientada pela lógica de manutenção desse lugar de espelho ou objeto. Tal dinâmica expressa o que a autora denomina “Lógica do Um”, na qual o agressor não tolera a diferença, percebendo a mulher como uma extensão falha de si mesmo. A agressão, nesse sentido, opera como um mecanismo de restauração do controle sobre aquilo que se entende como pertencente (Irigaray, 2002).

4. A PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS: REPETIÇÃO, DEPENDÊNCIA PSÍQUICA E IDEAIS DE FEMINILIDADE

A cena reprimida no inconsciente leva o sujeito a repetição, isso é, diante de uma cena que foge à capacidade de simbolização do sujeito naquele determinado período, em uma tentativa de proteger a psiquê o conteúdo vivenciado é recalçado. Passando a residir em uma instância que foge a consciência, mas continua atuando no psiquismo do sujeito de modo a buscar em outros contextos e cenários uma reedição daquilo que outrora foi vivenciado. O conteúdo inconsciente insiste em repetir enquanto maneira de satisfação, ainda que essa reedição atue enquanto sintoma e possa causar sofrimento individual, a repetição se mostra enquanto tentativa de buscar novos finais a uma história já conhecida e isso proporciona ao sujeito satisfação em seu próprio sintoma (Freud, 1914).

É nesse contexto em que conteúdos inconscientes referentes à idade precoce são reeditados na vida adulta, que as escolhas amorosas acontecem. Uma vez que, relembrar aquilo que está inconsciente é uma tarefa dolorosa e em alguns momentos até mesmo insuportável a consciência, o psiquismo encontra espaço para vivenciar a uma cena reeditada dentro do relacionamento amoroso, sob a perspectiva de que um novo final pode ser construído (Freud, 1914), assim, a escolha amorosa que se baseia na repetição de afetos, busca constantemente novos finais.

Como assinala o autor, “está claro que a maior parte do que a compulsão à repetição faz a pessoa reviver deve causar desprazer ao eu [...] é desprazer para um

sistema e, ao mesmo tempo, satisfação para o outro” (Freud, 1920/2016, p.42). Dessa forma, a violência doméstica que vitimiza mulheres configura-se, em muitos casos, como expressão de trajetórias marcadas por vivências traumáticas, conforme já indicado. Nessa perspectiva, a compreensão desse fenômeno exige o afastamento de explicações simplistas, na medida em que demanda a consideração dos processos inconscientes que incidem na constituição dos vínculos afetivos (Freud, 1920/2016).

Freud esclarece, “devemos tratar sua doença não como assunto histórico, mas como poder atual” (Freud, 1914 p.151), evidenciando o caráter atemporal dos conteúdos internalizados e reprimidos pelo sujeito. O que nos leva a compreensão de como escolhas amorosas, mesmo aquelas em que histórias de violência se repetem podem ser reedições de cenas vividas em períodos anteriores ao desenvolvimento. Freud (1914), ainda afirma sobre a repetição enquanto mecanismo de resistência para que o conteúdo reprimido não seja lembrado, dessa forma, podemos associar mecanismos inconscientes que atuam na permanência da mulher diante de contextos violentos, o que nos evidencia a complexidade do fenômeno vivenciado pelas mulheres em cenários como o citado.

Amar é algo que aprendemos sendo amados. É porque alguém em algum momento nos amou, ainda que tenha amado mal, que a gente aprende a amar, ainda que ame mal. Mas nossas primeiras experiências de amor são irremediáveis. Não no sentido de que elas paralisam e condenam necessariamente num mesmo ponto, mas no sentido de que ninguém sai imune da família que tem. [...]. Nosso modo de ocupar um lugar mais ou menos precioso para alguém servirá como bússola para nos posicionarmos no campo do amor nas escolhas da vida madura, ainda que não seja tão madura assim (Suy, 2022, p. 34-35).

O trecho que compõe a obra de Ana Suy (2022) retoma a partir de uma perspectiva contemporânea aquilo que Freud (1914) já apresentava em sua obra, a escolha de objetos amorosos na vida adulta diz respeito ao modo de amar aprendido em fases mais precoces da vida do sujeito. A posição que esse indivíduo em idade inferior ocupou na vida daqueles que o cercaram durante seus primeiros anos de vida, passa a servir enquanto norte para onde o mesmo se colocará em momentos posteriores, como a autora apresenta aquele indivíduo que foi amado, ainda que mal, internaliza o cuidado do outro e passa a amar também ainda que mal. Desse modo, as ideias freudianas podem ser complementadas pelo pensamento de Suy (2022), na medida em que ambos

propõem a escolha amorosa enquanto reedição de um amor experienciado, ainda que de maneira inadequada.

Entende-se a partir desse contexto que o sujeito se constitui no contato com o outro, é a partir das primeiras relações que o sujeito internaliza a noção de cuidado em seu psiquismo. Diante da ideia de insuficiência desse bebê em dar conta de si, que o mesmo vive os primeiros contatos com o mundo, assim, o sujeito se forma diante de uma dependência e desamparo, na medida que o mesmo depende do outro para que os primeiros cuidados e processos de comunicação possam ser inscritos em seu psiquismo. Uma relação de dependência é criada com a figura de cuidado, uma vez que, essa auxilia a sobrevivência desse sujeito ainda em idade muito precoce, diante disso, a possibilidade da perda do objeto/figura de cuidado passa a ser temida, pois isso coloca em perspectiva um possível desamparo caso essa separação ocorra (Carvalho e Gewehr, 2022).

A partir da perspectiva enunciada acima em que o sujeito se constitui a partir de um desamparo e dependência estrutural, que permeia a vida do sujeito desde os períodos mais arcaicos do desenvolvimento, é possível traçar uma relação entre uma questão estrutural inscrita na psiquê do sujeito. Uma vez que a permanência da mulher em uma reação permeada pela violência pode ser entendida como uma tentativa de não vivenciar um processo de desamparo, estabelecendo assim uma relação de dependência com o agressor, evidenciando uma angústia constitucional que sobressai as experiências vivenciadas no relacionamento. Assim, fatores como os citados se associam a aspectos da história do sujeito bem como aspectos culturais que serão elencados a seguir (Carvalho e Gewehr, 2022).

O desamparo não se reduz a um sofrimento contingente a ser eliminado, mas configura-se como uma condição existencial permanente, que atravessa o sujeito ao longo de sua história, que pode ser metaforicamente compreendido como uma experiência de nadar em mar aberto, isto é, uma travessia incerta em que o outro se apresenta como suporte fundamental frente ao risco de um desamparo absoluto (Campos; Bocchi; Loffredo, 2021 p.117).

Essa dinâmica encontra suas raízes nas experiências infantis, Freud (1920/2016) assinala que o primeiro florescimento da sexualidade infantil tende ao declínio em razão da incompatibilidade entre os desejos e as exigências da realidade, bem como da imaturidade própria de seu desenvolvimento psíquico. As vivências de desamparo nesse

período podem produzir efeitos duradouros, especialmente na constituição de sentimentos de inferioridade, uma vez que tais experiências encontram vias de simbolização na vida adulta, na qual conteúdos podem retornar sob a forma de ato, como tentativa de elaborar conteúdos recalcados presente no psiquismo. Assim, as marcas de frustração e desprazer primário configuram um dano persistente na autoconfiança, denominada como cicatriz narcísica (Freud, 1920/2016).

Nesse sentido, tais experiências incidem de modo inconsciente sobre as escolhas conjugais, favorecendo a repetição de cenários relacionais violentos, uma vez que “todas essas ocasiões indesejadas e situações afetivas dolorosas são repetidas e reanimadas [...] na transferência” (Freud, 1920/2016, p. 43).

As vivências de desprazer podem inscrever marcas psíquicas que repercutem, de modo inconsciente, nas relações conjugais futuras. O conceito de compulsão à repetição que consiste em, diante daquilo que não pode ser recordado em decorrência de uma repressão, o sujeito passa a atuar sobre a cena recalcada, levando a uma repetição dessa cena sem que o sujeito se dê conta. Tal conceito permite compreender a tendência à reatualização de conteúdos recalcados nas relações estabelecidas na vida adulta (Freud, 1920/2016).

Nessa perspectiva, a permanência da mulher em vínculos violentos pode ser compreendida não como uma escolha consciente pelo sofrimento, mas como efeito de uma dinâmica psíquica na qual há uma insistência inconsciente em retomar cenários infantis já conhecidos. Assim, a repetição opera como tentativa de elaboração dessas experiências precoces, ainda que, paradoxalmente, contribua para a manutenção do sofrimento (Freud, 1920/2016).

A compulsão à repetição revela, ainda, que o aparelho psíquico não se orienta exclusivamente pelo princípio do prazer. Conforme destaca Freud, há uma insistência em reviver experiências, mesmo quando estas já produziram desprazer anteriormente "uma compulsão impele a tanto" (Freud, 1920/2016, p. 43).

Freud (1920/2016) destaca que aquilo que, muitas vezes, é percebido como a ação de um destino maligno não deve ser compreendido como mero efeito do acaso, mas como expressão de uma organização psíquica constituída a partir de vivências infantis precoces. Sob esse enfoque, os sujeitos parecem condenados à repetição de determinados desfechos, como se estivessem submetidos a um padrão recorrente de vivências que se reinscreve ao longo de sua vida.

As evidências demonstram a reatualização de padrões relacionais, nos quais o eterno retorno do mesmo se impõe como expressão de traços psíquicos persistentes. Sendo assim, Freud pontua que “Exercem um efeito muito mais forte sobre nós aqueles casos em que a pessoa parece vivenciar alguma coisa passivamente, sobre a qual não lhe cabe influência, quando, no entanto, sempre vivência apenas a repetição do mesmo destino”(Freud,1920/2016, p.44)

Nesse contexto, a escolha do parceiro deixa de se configurar como um evento contingente, passando a operar como uma encenação inconsciente de experiências afetivas primitivas, marcadas por frustrações e dores não elaboradas. As possibilidades conjugais, se vê implicado em movimentos de repetição no qual revive incessantemente as experiências de desprazer infantis, não como resultado de uma decisão consciente, mas como efeito de conteúdos recalçados que retornam na cena atual. Trata-se de um circuito no qual aquilo que não pôde ser simbolizado tende a se expressar por meio do ato, e inscrevendo-se nas relações amorosas sob a forma de repetição. Segundo o autor:

Assim, conhecemos pessoas para quem todas as relações humanas têm o mesmo desfecho: benfeitores que, depois de algum tempo, são abandonados rancorosamente por cada um de seus protegidos, por mais diferentes que estes possam ser, ou seja, pessoas que parecem destinadas a sofrer toda a amargura da ingratidão; homens para quem toda amizade acaba com a traição do amigo; outros que repetem incontáveis vezes em sua vida o processo de elevar outra pessoa a uma posição de grande autoridade, para si mesmos ou também para o público, e que, depois de um tempo contado, derrubam eles próprios essa autoridade a fim de substituí-la por uma nova; amantes para quem toda ligação eterna com uma mulher passa pelas mesmas fases e leva ao mesmo fim etc.(Freud,1920/2020, p.44).

Kehl contribui significativamente para o entendimento de fatores sociais e culturais que contribuem para a permanência da mulher em relações com dinâmica de dependência e violência. A autora propõe a ideia de que historicamente a mulher foi associada a posições de cuidado e passividade, sendo destinadas a atividades internas, referentes ao cuidado do lar, maternidade e manutenção do casamento. E ainda que a ideia de feminino e feminilidade foram modificadas ao longo da história, esse resquício histórico gera repercussões e se perpetuam de diversas maneiras, podendo até mesmo ser associado à culpa pelo desempenho de atividades e posições que fogem dessa perspectiva (Kehl, 2016).

“[...] a partir daí atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico, a partir do qual se traça um único

destino para todas: a maternidade” (KEHL, 2016, p. 48). Entende-se a partir disso, que a compreensão de feminilidade gira em torno de uma posição em que a mulher cumpre um papel secundário, em complemento às atividades externas historicamente associadas ao universo masculino. É nessa ideia de submissão e extensão do outro que a feminilidade pode ser pensada historicamente e suas repercussões na atualidade podem ser vistas de maneira que tais aspectos culturais colaboram no processo de permanência das mulheres em ciclos de violência.

Os homens têm uma infinidade de recursos para ser felizes, que faltam inteiramente às mulheres. Eles possuem outros meios para alcançar a glória, e é certo que a ambição de tornar seus talentos úteis a seu país e de servir seus concidadãos, seja pela habilidade na arte da guerra, ou por seus talentos para o governo e os negócios, está bem acima daquela a que podemos nos propor através do estudo (Kehl,1998/2008,p.53).

A construção da feminilidade, consolidou-se especialmente no século XIX, com a ideia de que a mulher deveria ocupar uma posição de submissão e passividade, servindo como sustentação para a virilidade masculina na qual a mulher renuncia às suas próprias necessidades subjetivas em favor do lar e da família (Kehl, 2008).

Dentro da teoria psicanalítica, Freud em *Mal-estar na civilização* (1930/1976) interpretou esse processo como um percurso árduo de renúncia aos instintos que gera uma frustração cultural permanente e o deslocamento de desejos. O autor aponta que as mulheres acabam por se opor ao progresso cultural porque a civilização exige que o homem retire energia psíquica da família e do amor para aplicá-la em tarefas coletivas. Assim, a mulher ficaria relegada ao plano privado, sentindo-se hostilizada por uma cultura que a exclui das grandes tarefas.

Kehl (1998/2008) destaca que a histeria foi a resposta feminina a esse modelo opressor. As histéricas de Freud denunciavam, através de seus sintomas, a insatisfação com uma feminilidade que exigia o silenciamento de sua voz própria, o falo da fala e de suas ambições intelectuais. Mesmo que essas mulheres acabassem tendo voz, muitas vezes tentava curá-las reconciliando-as com o mesmo ideal de feminilidade doméstica que as adoecia. Ademais, a problemática não está consolidada na mulher mais na normativa de idealização da figura feminina na sociedade. “Na feminilidade, a mulher não tem o falo; ela se oferece para ser tomada como falo a partir de um lugar de falta absoluta, do qual só o desejo de um homem pode resgatá-lo” (Kehl, 1998/2008, p.11).

É nesse contexto que Kehl (2008) ressalta que a feminilidade, tal como concebida na modernidade, não é um dado natural, mas uma construção histórica e discursiva. Segundo a autora, a ideia de uma feminilidade tradicional inscreve-se em um longo processo de constituição dos sujeitos modernos, especialmente a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX, sendo sustentada por diversos dispositivos sociais, como a educação formal, as expectativas familiares, a religião e os saberes científicos e filosóficos. Tais discursos, ao definirem o que uma mulher deve ser para ser reconhecida como tal, contribuem para a internalização de ideais normativos que incidem diretamente sobre a forma como as mulheres se percebem, se posicionam e se vinculam em suas relações.

Paralelamente, ainda na contemporaneidade, observa-se a persistência de uma lógica que vincula a existência da mulher à referência do masculino, reforçando a ideia de que sua realização se dá prioritariamente no campo conjugal. Ao mesmo tempo, mantém-se a atribuição social das funções domésticas e do cuidado com os filhos como responsabilidades predominantemente femininas. Essa configuração contribui para a manutenção de relações assimétricas, nas quais o rompimento do vínculo pode ser vivenciado não apenas como perda afetiva, mas como ameaça à própria identidade e lugar subjetivo da mulher (Kehl, 1998/2008).

O que é específico no caso das mulheres, tanto com sua posição subjetiva quanto com sua condição social, é a dificuldade que enfrentaram e enfrentam em deixar de ser objetos de uma produção de saberes de grande consistência imaginária, a partir da qual foi se estabelecendo a verdade sobre sua "natureza" (Kehl, 1998/2008, p.12).

Irigaray (2002), aborda a perspectiva em que a ideia de feminino é construída a partir de uma perspectiva de sexo uno, isso é, desde as filosofias ocidentais em Platão, reduz a ideia de feminilidade em uma figura que associa mulher a figura de uma mãe. Fenômenos relacionados aos conhecimentos seriam sempre referenciados aos homens, o que coloca a mulher em uma posição de não-homem, isso aquilo que o homem não ou o que lhe falta, resta a mulher possuir tais características. Para a autora, a mulher só alcança o lugar de sujeito quando atribui a si essas características consideradas masculinas, nesse contexto a diferença entre os sexos não existe, a mulher se encontra enquanto extensão desse Outro, o universo masculino (Cossi, 2019).

Ainda segundo Irigaray (2002), é possível formular uma crítica a proposições como a de Simone de Beauvoir (1949), segundo a qual “não se nasce mulher, torna-se”. Irigaray (2002) questiona, nesse sentido, o que seria dessa mulher antes de se tornar mulher, bem como o que poderia ser pensado como feminino para além das referências do universo masculino. Tal problematização se sustenta na crítica à tradição falocêntrica, presente inclusive em formulações freudiana, nas quais a constituição da mulher aparece vinculada à noção de falta, expressa, por exemplo, na ideia de inveja do falo. Nessa lógica, a mulher tenderia a buscar substitutos que respondam a essa suposta incompletude, o que pode implicar relações de dependência e a buscar por um outro que venha suprir essa falta (Cossi, 2019).

No campo psicanalítico, Sigmund Freud (1905. p.151) destaca a centralidade das relações infantis na escolha do objeto amoroso, afirmando que “as relações com os pais são decisivas na futura escolha do objeto sexual”. Assim, a escolha amorosa não se dá de forma aleatória, mas frequentemente retoma modelos relacionais primários. As primeiras figuras de cuidado, ao oferecerem amparo diante do desamparo inicial do sujeito, tornam-se referências fundamentais para a constituição das formas de amar.

Freud (1905) continua afirmando que o vínculo com a pessoa cuidadora constitui uma fonte contínua de excitação, indicando que as experiências precoces participam diretamente da inscrição psíquica das noções de amor e cuidado. Quando tais experiências se organizam de maneira insatisfatória ou marcadas por ambivalência e sofrimento, o sujeito pode tender a reproduzir esses padrões em suas relações futuras. Articulando essa perspectiva ao contexto da violência doméstica, é possível compreender a permanência de mulheres em relações agressivas não como mera escolha, mas como repetição de formas de vínculo já internalizadas, que passam a constituir, em alguma medida, o que é reconhecido como amor.

No contexto de relacionamentos abusivos, observa-se a presença de uma fantasia de controle, na qual algumas mulheres sustentam a crença de que podem modificar o comportamento do parceiro, em prol da manutenção do vínculo ou da família constituída a partir dele (Gomes et al. 2022). Tal dinâmica se articula à ideia anteriormente discutida de que mulher é vista como extensão do homem, sendo frequentemente posicionada em papéis de submissão é designada aos cuidados internos e manutenção da família, de modo que isso é tido como responsabilidade da mesma (Cossi, 2019).

A partir da compreensão da constituição do feminino em seus aspectos históricos, psíquicos e sociais é possível dimensionar a complexidade dos fatores de permanência da mulher em relações compostas por violência. Todo o contexto citado colabora de maneira enfática para a dificuldade do reconhecimento dos processos de violência, isso é, diante de fatores psíquicos ligados a história de vida, questões históricas e sociais se torna difícil para essa mulher a identificação do que é agressão dentro de um relacionamento amoroso. Em muitos momentos atitudes que antecedem a violência ou a própria violência pode ser entendida enquanto ato de amor e cuidado (Gomes et al, 2022).

Tais processos evidenciam que existem diversos contextos acerca da violência contra a mulher, o fato de em grande parte dos casos acontecer de forma gradual também atua enquanto fator que dificulta o processo de reconhecimento e assim saída desse relacionamento. Torna-se a partir disso, imprescindível fomentar discussões que envolvem a temática e sua complexidade, para que não se perpetue um comportamento de culpabilização, mas permita um olhar ao sujeito por completo a fim de entender e analisar os aspectos envolvidos no fenômeno discutido (Gomes et al, 2022).

Assim, a permanência da mulher em relacionamentos violentos pode ser compreendida como efeito dessa dinâmica defensiva, na medida em que o vínculo amoroso opera como uma forma de proteção frente à angústia de abandono e ao desamparo estrutural. Assim, mesmo em meio à violência, pequenos gestos de afeto podem reativar a expectativa de preservação do objeto amado, sustentando a ilusão de continuidade do laço e reforçando a dependência emocional (Freud, 1926/2014).

Desse modo, o vínculo não se rompe com facilidade, pois se encontra sustentado por uma economia psíquica na qual a angústia, o desejo e a defesa se articulam, contribuindo para a manutenção do circuito de repetição que não se caracteriza como uma fraqueza, mas como efeito de uma organização psíquica estruturada, intrinsecamente relacionada à história subjetiva da mulher (Freud, 1926/2014).

Sendo assim, a permanência da mulher em relações marcadas pela violência demanda uma compreensão que ultrapasse leituras lineares ou reducionistas, exigindo a articulação entre dimensões históricas, socioculturais e processos inconscientes que estruturam a vida psíquica. Trata-se de um fenômeno que se inscreve simultaneamente na ordem do social e do subjetivo, no qual se entrelaçam experiências traumáticas, dinâmicas de repetição e construções simbólicas de gênero. Em contextos

historicamente organizados sob a lógica patriarcal, a posição feminina foi reiteradamente associada à submissão, à dependência e à renúncia, produzindo efeitos duradouros na constituição dos vínculos afetivos (Kehl,1998/2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência compreende aspectos relacionados à qualidade de vida, podendo promover danos físicos, sociais, psíquicos e morais. O presente trabalho visa fomentar discussões acerca da temática da violência doméstica e os aspectos de permanência que envolvem o fenômeno. Assim, a violência doméstica compreende “sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres” (Tartari; Rezende, 2006, p. 98). O presente trabalho foi dedicado a explorar questões Inconscientes que cercam a permanência da mulher em relacionamentos violentos. Para isso, foi analisado, a partir de um levantamento bibliográfico, aspectos sociais, culturais e psíquicos relacionados à história de vida do sujeito.

Desse modo, ao longo do texto foram abordadas questões sobre a cultura e como a mulher é vista desde suas primeiras fases de desenvolvimento. A perspectiva de Luce Irigaray (2002) evidencia uma ideia falocêntrica na qual a mulher é compreendida como uma extensão do homem. Ou seja, a construção do feminino se dá na lógica da falta, estando sua representação no sexo masculino. Nessa perspectiva a mulher não é vista enquanto sujeito que possui desejos e pode assegurá-los, mas ocupando um lugar complementar a figura masculina, sendo depositado nessa mulher ideias e expectativas que limitam sua autonomia e construção subjetiva (Irigaray, 2002).

Enquanto isso Bourdieu (1998) nos mostra um aspecto da violência contra a mulher de maneira estrutural, assim, o autor revela uma tentativa de parecer ser algo socialmente construído, quando na verdade é um fenômeno estrutural. O autor parte do pressuposto de que existe uma tentativa de justificar a posição da mulher através de uma naturalidade sustentada por justificativas de ordem biológica, como a suposta fragilidade feminina. Dessa forma, relações historicamente construídas são percebidas como naturais e inevitáveis. Assim, mais do que uma simples construção social visível, trata-se de um mecanismo estrutural que naturaliza e legitima a posição subordinada das mulheres na sociedade.

O autor supracitado, argumenta que grandes instituições sociais, bem como o próprio funcionamento da sociedade, contribuem para a consolidação de representação que situam a mulher em uma posição de submissão, associando-a, de forma naturalizada, a papéis de cuidado e passividade. Nesse contexto, torna-se comum que as próprias mulheres passem a se perceber a partir da perspectiva dominante, o que favorece a reprodução dessas estruturas, inclusive por aquelas que são por elas atravessadas (Bourdieu, 1998).

A violência doméstica, em suas diversas manifestações, configura-se, portanto, como expressão de um fenômeno estrutural que posiciona as mulheres em condição de vulnerabilidade. Assim, não se trata de um fato isolado, mas da manifestação mais visível de um sistema de dominação mais amplo. Tal violência se sustenta em uma estrutura complexa que se reproduz cotidianamente, inclusive pelas próprias mulheres, operando por meio de normas, expectativas, silêncios e práticas que permeiam o universo feminino (Bourdieu, 1998).

Associado a isso, as ideias propostas por Kehl (2016) nos colocam em uma perspectiva que se complementa com as ideias apresentadas acima, isso porque, a autora evidencia os papéis designados à mulher no decorrer da história. Papéis esses que possuem enquanto atributos a passividade e submissão, o que leva a mulher a se ligar a esse Outro de maneira intensa, o que torna quase impensável o rompimento com o Outro.

Assim, o conceito abordado de feminilidade e ideias associadas ao feminino não partem de disposições inatas e relacionadas a questões biológicas, na verdade, a ideia de feminilidade é um aspecto construído ao longo da história, proposta de maneira mais enfática a partir do século XIX, onde ideais do feminino passaram a ser propagado diante de características de fragilidade, entrega extrema ao relacionamento e atividades internas, como o cuidado do lar e manutenção do relacionamento estabelecido, nesse sentido a sexualidade passa a ser considerada apenas pela perspectiva reprodutiva e não enquanto possibilidade da vivência de prazer, tal qual é proposta aos homens (Kehl, 2016).

Nessa perspectiva, o real desejo da mulher e o verdadeiro feminino é aprisionado, gerando repercussões significativas no âmbito psíquico. Na submissão a esse Outro não há espaço para uma posição de autonomia psíquica e realização desse

desejo, não havendo, ainda, possibilidade de simbolização, uma vez que, esse desejo não é e não pode ser legitimado (Kehl, 2016).

Ainda que em um contexto atual onde a mulher ganhou espaço e possibilidade de desejar, a satisfação desse desejo não acontece sem repercussões, os fatores históricos estruturais apresentados, ecoam ainda na atualidade diante da satisfação ainda que parcial desse desejo, ele vem acompanhado de culpa e necessidade de punição (Kehl, 2016). Assim, a ideia de não possuir o falo, não deveria ser encarada enquanto sentença e direcionamento, mas enquanto possibilidade de uma constituição que comporte toda a complexidade do sujeito seja qual for o desejo.

Diante dos aspectos apresentados, o presente trabalho buscou investigar quais os aspectos psíquicos inconscientes estão envolvidos no contexto de permanência da mulher em ciclos de violência doméstica. No decorrer do trabalho foi discutido o conceito de compulsão a repetição de maneira sólida, afim de evidenciar de que maneira a repetição atua sobre o psiquismo levando a permanência da mulher nessa relação cercada por violência e abusos. Assim, o conceito de repetição, se associa a Pulsão de morte e isso ocorre diante de uma cena reprimida, que quando evidenciada o sujeito não foi capaz de vivenciar, retornando ao psiquismo do sujeito agora enquanto repetição da cena primária, como mecanismo de defesa. a compulsão à repetição evidencia a necessidade dessa pulsão em ser satisfeita, na busca pela reedição de um cenário já conhecido, o sujeito passa a buscar novos finais para uma mesma história, ainda que, essa satisfação nunca acontecerá por completo (Oliveira; Ligeiro, 2021).

A permanência de mulheres em relação de violência doméstica não pode ser compreendida apenas por fatores econômicos ou sociais, trata-se de um fenômeno que articula três níveis complementares, a estrutura de dominação masculina e a violência simbólica descritas por Pierre Bordieu (1998), a construção histórica da feminilidade como lugar de sustentação do amor e do reconhecimento, analisada por Kehl (2016), e os mecanismos inconscientes descritos por Freud (1914), especialmente o masoquismo, a culpa e a centralidade do amor na economia psíquica feminina. Assim, a permanência na violência pode operar como efeito da intersecção entre disposições socialmente incorporadas e investimentos libidinais inconscientes que mantém o vínculo mesmo diante do sofrimento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Agência Brasil. *Mortes intencionais caem 3,4% no país em 2024; feminicídios sobem 0,8%*. Brasília, 18 jul. 2024. Disponível em: [Agência Brasil](#). Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [Planalto - Lei Maria da Penha](#). Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica*. Agência Senado, Brasília, 21 nov. 2023. Disponível em: [Agência Senado](#). Acesso em: 25 out. 2025.

CAMPOS, Érico Bruno Viana; BOCCHI, Josiane Cristina; LOFFREDO, Ana Maria. *Psicanálise em face ao desamparo e seus destinos*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

COSSI, Rafael Kalaf. Luce Irigaray e a psicanálise: uma crítica feminista. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 319-337, 2019. Disponível em: [DOI do artigo](#). Acesso em: 23 nov. 2024.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. Disponível em: SciELO Psicologia & Sociedade. Acesso em: 23 out. 2025.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Publicado originalmente em 1920.

FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Publicado originalmente em 1905.

FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 148-158.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Disponível em: [PDF O mal-estar na civilização](#). Acesso em: 22 abr. 2026.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: [PDF Métodos e técnicas de pesquisa social](#). Acesso em: 26 out. 2025.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. *Escola Anna Nery*, Salvador, v. 26, 2022. Disponível em: [SciELO Escola Anna Nery](#). Acesso em: 23 abr. 2026.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha*. Disponível em: Instituto Maria da Penha. Acesso em: 6 out. 2025.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. Tradução de Tania Navarro Swain. *Labrys, estudos feministas*, [s. l.], n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: [Labrys Estudos Feministas](#). Acesso em: 23 nov. 2024.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. São Paulo: Boitempo, 1998.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

LIMA, Gabriela Quadros de; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 511-520, out./dez. 2011. Disponível em: [SciELO Psicologia em Estudo](#). Acesso em: 6 out. 2025.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; MAIA, Ari Fernando. Desejo e sexualidade na história das mulheres. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi (org.). *Sexualidade e educação: temas contemporâneos*. Londrina: Eduel, 2010. p. 41-60.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; MAIA, Ari Fernando. *Violência contra as mulheres, subjetividade e psicologia*. Curitiba: Appris, 2016.

MEIRELES, Fernanda de Melo. *Bate-se em uma mulher: devastação do feminino e violência doméstica*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2021. Disponível em: [Repositório UniCEUB](#). Acesso em: 26 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 2007.

OLIVEIRA, P.; LIGEIRO, V. Notas sobre o conceito de repetição na psicanálise. *Revista de Psicologia*, v. 12, n. 1, p. 37-47, 2021.

PORTELA, J. B.; GUAZINA, F. M. N. Ângela Diniz e Mariana Ferrer: um olhar da psicanálise sobre o feminino. *PSI UNISC*, v. 8, n. 1, p. 263-279, 2024.

RAVANELLO, Tiago; MARTINEZ, Marisa de Costa. Sobre o campo amoroso: um estudo do amor na teoria freudiana. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 159-183, jul./dez. 2013. Disponível em: [PDF Cadernos de Psicanálise CPRJ](#). Acesso em: 25 out. 2025.

ROCHA, Regina Leite da; SILVA, Joyce Almeida Né da; SILVA, Carla Sousa da; SPINOLA, Mara Cristiany Rodrigues. Violência doméstica contra a mulher e seus impactos sociais. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 1542-1565, jan. 2021.

SACRAMENTO, L.; REZENDE, M. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, n. 24, p. 95-104, 2006.

SILVA, Stephanie Delany Olimpio de Almeida; MONTEIRO, Monik Giselle Lira. Devastação feminina: um estudo do percurso do desejo na violência. In: *Palavras e seus múltiplos sentidos: psicanálise e suas interfaces: fragmentos dos discursos psicanalíticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. v. 4, p. 75-86. Disponível em: [E-book Parábola Editorial](#). Acesso em: 25 out. 2025.

SOUTO, Fabrizia Izabel Meira; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; PENA, Breno Ferreira. As movimentações da ideia de repetição no texto freudiano: uma leitura cronológica. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 40, n. 76, p. 61-70, jul./dez. 2018.

SUY, Ana. *A gente mira no amor e acerta na solidão*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA (De acordo com a Taxonomia CRediT).

Autor 01: Conceituação, investigação, metodologia, revisão bibliográfica, coleta e análise de dados, redação do manuscrito original e formatação do trabalho.

Autor 02: Conceituação, investigação, metodologia, revisão bibliográfica, coleta e análise de dados, redação do manuscrito original e formatação do trabalho.

Autor 03: Supervisão, validação, orientação metodológica e teórica, revisão crítica do manuscrito, administração do projeto e aprovação da versão final para submissão.